



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO
ACRE
PODER JUDICIÁRIO**

**RECIBO DO PROTOCOLO
PETICIONAMENTO INTERMEDIARIA - PRIMEIRO GRAU**

Dados Básicos

Foro:	Rio Branco - Juizados Especiais
Processo:	00037840420198010070
Classe do Processo:	Petição
Data/Hora:	28/06/2019 09:03:28

Partes

Solicitante:	Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S/A
--------------	--

Documentos

Petição:	2604050_ELABORAR MANIFESTACAO SOBRE DOCS_01 - 1-2.pdf
----------	---



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO ÚNICO JEC DA COMARCA DE RIO BRANCO/AC

Processo: 00037840420198010070

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **RAIMUNDO NONATO DUQUE FEITOSA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., informar para ao final requerer o que segue:

Vem, inicialmente, ratificar a necessidade de realização de prova pericial, sendo esta incompatível com o Rito dos juizados especiais, e com isso, deve ser reconhecida a incompetência deste Juizado para julgar a presente lide, pois no caso dos autos, é cristalino que a prova técnica será fundamental para o correto julgamento da ação, na medida em que nos casos de invalidez deverá ser respeitado o grau da lesão do acidentado a fim de ser paga a indenização de forma proporcional.

Dessa forma, requer a extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do artigo 51, II, da lei nº 9.099/95.

No mais, quanto ao mérito, ratifica do mesmo modo, que os documentos acostados, não são hábeis a comprovar o nexa causal entre a suposta invalidez e o sinistro noticiado, e isso, se mostra patente, ante a divergência da data do fato noticiado no boletim de ocorrência onde consta o dia 22/03/2019 e o documento médico que data de 07/04/2019.

Vale ressaltar, o fato de que embora exista neste último a informação de que o atendido tivesse sido vítima de acidente de moto em 22/03/2019, não há como se admitir tal fato sem outra prova que a corrobore, visto tal situação ter sido registrada a partir da mera declaração da vítima.

Não se mostra razoável que uma pessoa venha a sofrer um acidente que, segundo o próprio autor afirma causou dano físico permanente, e quando da ocorrência do acidente nem procurou socorro, indo ao Hospital quase duas semanas depois.

Diante disso, impõe-se reconhecer que não há comprovação inequívoca do nexo causal entre a lesão indicada no boletim médico de fl. 8 e o acidente noticiado (fls. 3/4), devendo os pedidos serem julgados totalmente improcedentes.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RIO BRANCO, 27 de junho de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/AC 3988

DIEGO PAULI
4550 - OAB/AC